

INVESTIMENTO, FINANCIAMENTO E COOPERAÇÃO DO BRASIL COM ANGOLA E MOÇAMBIQUE: EVOLUÇÃO DOS DADOS E UM BALANÇO DOS EFEITOS DO ACORDO DE COOPERAÇÃO E FACILITAÇÃO DE INVESTIMENTOS

Ana Saggiaro Garcia

Professora adjunta do Instituto de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio); diretora do Centro de Estudos e Pesquisas do BRICS (BRICS Policy Center); professora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ); e pesquisadora do Subprograma de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional (PNPD) do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).
E-mail: <anasaggiaro@puc-rio.br>.

Rodrigo Curty Pereira

Membro do Laboratório Geografias da Saúde e Lugar da Universidade de Waterloo, Canadá; e assistente de pesquisa de pós-graduação na Universidade de British Columbia Okanagan. *E-mail:* <rcurtype@uwaterloo.ca>.

Maria Eduarda Lopes

Pesquisadora pela Rede Brasileira de Pesquisa sobre Operações de Paz do Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (Rebrapaz/CCOPAB); estagiária no Centro de Estudos de Integração e Desenvolvimento (Cindes); e coordenadora de Pessoas na Rede de Mulheres Profissionais de Comércio Internacional (WITs). *E-mail:* <madu.ldssantos@gmail.com>.

DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/td2857>

Nossa pesquisa visa analisar a atuação do Brasil no regime internacional de investimentos e fazer um balanço dos efeitos do Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFI) para os investimentos brasileiros em Angola e Moçambique. Neste segundo texto para discussão, discorremos sobre as relações entre Brasil e Angola, bem como Brasil e Moçambique, por meio de abordagem inter-relacionada do tripé *investimento, financiamento e cooperação*. Iniciamos com um panorama sobre as relações Brasil-África desde os anos 2000. A agenda externa do Brasil com países africanos ganhou novo impulso a partir do governo do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010). Nesse contexto, empresas brasileiras aprofundaram e/ou expandiram seus projetos na África, em certa medida acompanhadas por crédito e financiamento providos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), ao lado de políticas públicas de cooperação técnica e ajuda ao desenvolvimento nas áreas de saúde, educação e agricultura. A crise econômica e política no Brasil, iniciada no período 2014-2015, levou a uma redução de recursos públicos destinados à cooperação e à provisão de crédito. Ao mesmo tempo, e mais importante, a partir do governo da ex-presidente Dilma Rousseff (2011-2016), a agenda externa do Brasil para

a África foi deixando, progressivamente, a narrativa da “solidariedade Sul-Sul”. Apesar de apresentarem matrizes de política externa bastante distintas, as relações do Brasil com a África mostraram uma relativa continuidade não somente nos governos de Rousseff e do então presidente Michel Temer (2016-2018), mas também no governo de Jair Bolsonaro (2019-2022): houve estreitamento e afunilamento dos objetivos para maior ênfase em comércio e investimentos, bem como maior foco na área de cooperação em defesa. Todavia, é inédita a participação, durante o governo Bolsonaro, de grupos parlamentares e personalidades evangélicas na política externa com países africanos.

Seguindo o tripé, adentramos mais detalhadamente às relações do Brasil com Angola e Moçambique, no que tange a comércio e investimentos, crédito e financiamento, bem como a cooperação técnica e ajuda ao desenvolvimento. Nossa análise pretendeu atualizar pesquisas anteriores e dar o quadro mais recente sobre as conjunturas política, econômica e social na qual se inserem os investimentos brasileiros nos dois países. No caso de Angola, discorremos sobre a atuação histórica da Odebrecht e outras empresas brasileiras e mostramos os reflexos da crise política e econômica, decorrente da operação Lava Jato no Brasil,

SUMEX

sobre a atuação de empresas de construção civil no país africano. Apresentamos os recentes projetos da Companhia de Bioenergia de Angola (Biocom) – que envolve a Odebrecht – e o Programa de Apoio à Produção, Diversificação das Exportações e Substituição das Importações (Prodesi). Discutimos, também, os financiamentos do BNDES a serviços de empresas brasileiras em Angola, país que mais recebeu créditos do banco na África. Por fim, apresentamos o histórico e o quadro atual de cooperação técnica e ajuda ao país.

Por sua vez, no caso de Moçambique, trouxemos o histórico de atuação da Vale, bem como os debates sobre impactos no território de implantação da mina e as infraestruturas ao longo do Corredor de Nacala. Atualmente, o anúncio da retirada da Vale do país levantou a discussão sobre incentivos e isenções fiscais concedidas às empresas do setor extrativo. Também mostramos o quadro atual do setor de hidrocarbonetos que, apesar de não envolver diretamente investimentos brasileiros, tem impactos sobre a atuação de investidores estrangeiros no país. No âmbito dos financiamentos, discutimos as dificuldades de Moçambique em pagar os créditos concedidos pelo BNDES à Odebrecht para a construção do aeroporto de Nacala, diante do quadro geral de crise fiscal e “dívidas ocultas” no país, vivido desde 2016. Ainda, Moçambique foi o principal receptor da cooperação brasileira na África, e mostramos o histórico da cooperação em saúde e agricultura, no qual se destaca o embate entre governos e diferentes segmentos da sociedade civil no âmbito do projeto trilateral Programa de Cooperação Tripartida para o Desenvolvimento Agrícola da Savana Tropical no Norte de Moçambique (Prosavana).

Por fim, trouxemos, neste trabalho, um balanço das entrevistas realizadas com atores-chave em Angola e Moçambique. Buscamos acessar os atores locais, receptores dos investimentos e da cooperação brasileira, para melhor compreender suas distintas visões e perspectivas sobre as relações com o Brasil, as dinâmicas locais em que os investimentos e a cooperação se inserem, e o que diferencia a inserção econômica brasileira diante de outros países. Nesse sentido, as entrevistas procuraram elucidar sobre a atual conjuntura econômica em Angola e Moçambique, o papel do investimento estrangeiro e dos acordos internacionais de investimento para seus processos de desenvolvimento, as relações com o Brasil e as percepções de atores-chave sobre investimentos de

empresas brasileiras, bem como o papel do ACFI para tais investimentos.

As entrevistas reforçaram a hipótese sustentada no primeiro texto para discussão (Garcia e Torres, 2021): a manutenção de acordos de investimentos não gera, necessariamente, o aumento do fluxo econômico entre os países. De forma geral, os entrevistados em Angola e Moçambique apontam que outras políticas seriam importantes, como a solidez macroeconômica, a estabilidade política e social, programas e legislações nacionais que incentivem investimentos diversificados – e não apenas nos setores extrativos –, bem como uma boa diplomacia econômica, com troca de informações, divulgação de projetos e oportunidades, conhecimento mútuo sobre as realidades dos países e o intercâmbio entre as sociedades. Os entrevistados apontaram que o ACFI é um modelo de acordo menos restritivo que o modelo tradicional de tratados de investimento. Entretanto, este precisaria ser efetivamente operacionalizado para aumentar os fluxos de informação e troca entre o Brasil e os países africanos. Ter um acordo em vigor seria um resultado, e não a causa, de relações econômicas e políticas mais fluídas. As entrevistas mostraram as dificuldades econômicas e sociais em Angola e Moçambique, ao afirmarem, de maneira geral, que as ações de responsabilidade social seriam bem-vindas, desde que efetivamente implementadas e com efeitos abrangentes, e não apenas para melhorar a imagem das empresas.

Assim, esta pesquisa pretendeu contribuir com o levantamento de dados qualitativos e informações atualizadas, bem como a análise dos processos sociais e políticos nos quais os investimentos e a cooperação brasileira se inserem. Intentou também trazer à frente as perspectivas de atores locais em Angola e Moçambique, de modo a melhorar o conhecimento mútuo necessário para a construção de relações Sul-Sul que sirvam ao bem-estar das nossas sociedades.

REFERÊNCIA

GARCIA, A. S.; TORRES, G. **As relações Brasil-África e o regime internacional de investimentos**: uma análise do ACFI do Brasil com Angola e Moçambique. Brasília: Ipea, jul. 2021. (Texto para Discussão, n. 2671).